



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM MILHARES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	4.275,77	4.595,06	PASSIVO CIRCULANTE	3.318,91	4.371,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	474,45	1.149,30	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	2.790,44	2.987,50
Créditos a Curto Prazo	1.149,58	1.254,53	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	1.149,58	1.254,53	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	87,91	963,35
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	1.177,27	1.070,06	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	1.474,47	1.121,17	Demais Obrigações a Curto Prazo	440,56	421,09
ATIVO NÃO CIRCULANTE	34.962,27	34.640,75	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.318,91	4.371,94
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2021	2020
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	32.907,43	32.568,75	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	11.582,33	11.200,51	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	26.309,38	25.390,24	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-14.727,05	-14.189,73	Resultados Acumulados	35.919,13	34.863,87
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	-1.394,64	-4.204,35
Bens Imóveis	21.325,10	21.368,24	Resultados de Exercícios Anteriores	34.863,87	41.010,08
Bens Imóveis	22.189,78	22.189,78	Ajustes de Exercícios Anteriores	2.449,90	-1.941,86
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-864,69	-821,54	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35.919,13	34.863,87
Intangível	2.054,84	2.071,99			
Softwares	2.054,84	2.071,99			
Softwares	2.090,23	2.090,23			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-35,39	-18,24			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/01/2022 PAGINA 2

SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM MILHARES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	39.238,04	39.235,81	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.238,04	39.235,81

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	474,45	1.149,30	PASSIVO FINANCEIRO	5.417,10	5.443,71
ATIVO PERMANENTE	38.763,59	38.086,51	PASSIVO PERMANENTE	2.790,44	2.986,13
			SALDO PATRIMONIAL	31.030,51	30.805,96

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	642,52	450,18	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	10.000,11	10.221,72
Atos Potenciais Ativos	642,52	450,18	Atos Potenciais Passivos	10.000,11	10.221,72
Garantias e Contragarantias Recebidas	642,52	450,18	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	10.000,11	10.221,72
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	642,52	450,18	TOTAL	10.000,11	10.221,72

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-4.941,24
Recursos Vinculados	-1,41
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-1,41
Previdência Social (RPPS)	-
TOTAL	-4.942,65



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM MILHARES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/01/2022 PAGINA 2

SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM MILHARES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			124.129,78	124.129,78
TOTAL	-	-	124.129,78	124.129,78
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	297,90	-	-297,90
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	297,90	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	124.165,17	123.030,83	122.019,42	119.615,18	119.529,18	1.011,40
Pessoal e Encargos Sociais	103.021,64	103.957,10	103.627,79	102.844,69	102.844,69	329,31
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	21.143,53	19.073,73	18.391,64	16.770,49	16.684,49	682,09
DESPESAS DE CAPITAL	746,70	2.178,94	2.110,35	1.064,02	1.055,30	68,59
Investimentos	746,70	2.178,94	2.110,35	1.064,02	1.055,30	68,59
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	124.911,87	125.209,77	124.129,78	120.679,20	120.584,48	1.079,99
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	124.911,87	125.209,77	124.129,78	120.679,20	120.584,48	1.079,99
TOTAL	124.911,87	125.209,77	124.129,78	120.679,20	120.584,48	1.079,99



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL
----------------	---------------------------

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	5,76	3.781,20	2.089,69	2.083,97	463,32	1.239,66
Pessoal e Encargos Sociais	-	886,25	426,37	426,37	296,93	162,95
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5,76	2.894,94	1.663,31	1.657,60	166,39	1.076,71
DESPESAS DE CAPITAL	-	278,84	74,74	74,74	-	204,10
Investimentos	-	278,84	74,74	74,74	-	204,10
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5,76	4.060,04	2.164,43	2.158,72	463,32	1.443,76

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	76,01	1.079,95	994,06	0,02	161,88
Pessoal e Encargos Sociais	-	1,36	1,36	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	76,01	1.078,58	992,69	0,02	161,88
DESPESAS DE CAPITAL	8,47	0,30	0,22	-	8,55
Investimentos	8,47	0,30	0,22	-	8,55
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	84,48	1.080,25	994,28	0,02	170,43



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSION 11/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM MILHARES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	124.129,78	132.822,10
Ordinárias	-	-	Ordinárias	108.738,35	117.865,31
Vinculadas	-	-	Vinculadas	15.391,42	14.956,79
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	2.441,68	2.470,29
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	11.450,32	10.396,17
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.499,42	2.090,33
Transferências Financeiras Recebidas	123.018,33	128.683,41	Transferências Financeiras Concedidas	1.458,90	1.078,61
Resultantes da Execução Orçamentária	121.440,51	128.682,06	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	121.440,51	128.682,06	Independentes da Execução Orçamentária	1.458,90	1.078,61
Independentes da Execução Orçamentária	1.577,83	1,35	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.458,90	1.078,61
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.577,69		Aporte ao RPPS	-	-
Demais Transferências Recebidas	0,05	0,67	Aporte ao RGPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	0,09	0,67			
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	5.107,08	6.394,22	Pagamentos Extraorçamentários	3.211,59	588,10
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	94,72	1.072,92	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	994,28	140,88
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.450,58	4.060,04	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.158,72	369,53
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	103,02	118,03	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	44,69	77,69
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.458,76	1.143,23	Outros Pagamentos Extraorçamentários	13,91	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		65,96	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	13,91	
Arrecadação de Outra Unidade	1.458,76	1.077,26			
Saldo do Exercício Anterior	1.149,30	560,49	Saldo para o Exercício Seguinte	474,45	1.149,30
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.149,30	560,49	Caixa e Equivalentes de Caixa	474,45	1.149,30
TOTAL	129.274,71	135.638,12	TOTAL	129.274,71	135.638,12



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSION 11/01/2022	PÁGINA 1
------------------------	-------------

SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM MILHARES DE REAL

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	455,41	2.896,06
INGRESSOS	124.580,12	129.878,70
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	124.580,12	129.878,70
Ingressos Extraorçamentários	103,02	118,03
Transferências Financeiras Recebidas	123.018,33	128.683,41
Arrecadação de Outra Unidade	1.458,76	1.077,26
DESEMBOLSOS	-124.124,71	-126.982,64
Pessoal e Demais Despesas	-107.851,43	-111.331,27
Legislativo	-	-
Judiciário	-95.888,36	-100.100,17
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-11.949,16	-11.297,06
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 11/01/2022	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM MILHARES DE REAL

	2021	2020
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-13,91	65,96
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-14.769,69	-14.495,06
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-14.769,69	-14.495,06
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-1.503,59	-1.156,31
Dispêndios Extraorçamentários	-44,69	-77,69
Transferências Financeiras Concedidas	-1.458,90	-1.078,61
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.130,27	-2.307,25
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.130,27	-2.307,25
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.130,27	-1.950,14
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-357,11
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-674,85	588,81
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.149,30	560,49
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	474,45	1.149,30



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	124.902,52	131.978,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições		
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	20,44	20,25
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	20,44	20,25
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2,86	0,47
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2,86	0,47
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	123.338,49	129.134,68
Transferências Intragovernamentais	123.018,33	128.683,41
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	320,15	451,27
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	84,14	1.466,10
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	84,12	1.455,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,02	11,10
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.456,60	1.357,07
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.456,60	1.357,07
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	126.297,16	136.182,92
Pessoal e Encargos	94.464,16	101.692,16
Remuneração a Pessoal	75.775,78	83.282,41
Encargos Patronais	14.895,91	14.639,20
Benefícios a Pessoal	3.792,47	3.770,54
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	14.335,04	13.736,14
Aposentadorias e Reformas	9.754,56	9.270,52
Pensões	2.122,82	1.974,23
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.457,65	2.491,40
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13.866,72	17.428,78
Uso de Material de Consumo	759,25	1.759,36
Serviços	10.872,18	12.831,27
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.235,29	2.838,14
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,47	0,34
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	0,47	0,34
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.462,93	1.479,93
Transferências Intragovernamentais	1.458,90	1.078,61
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.004,03	401,32
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	958,12	1.723,92
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	2,22	0,28
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	955,90	1.723,63



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	70011 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM MILHARES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2021	2020
Tributárias	36,16	46,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5,26	14,21
Contribuições	30,90	32,08
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	173,57	75,36
Premiações	10,24	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	5,45	4,20
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	157,87	71,16
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.394,64	-4.204,35

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2021	2020

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações gerais:

1.1. Natureza jurídica da entidade

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas é órgão da justiça especializada do Poder Judiciário Federal.

1.2. Domicílio da entidade

Avenida Aristeu de Andrade nº 377, Farol. Maceió-AL. CEP 57.051-090.

1.3. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O TRE/AL é órgão de jurisdição especializada que integra o Poder Judiciário da União e cuida da organização do processo eleitoral (alistamento eleitoral, votação, apuração dos votos, diplomação dos eleitos, etc.).

Aos Tribunais Regionais Eleitorais compete: (i) processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos, bem como de candidatos a governador, vice-governador, senador, deputado federal e deputado estadual; (ii) julgar recursos interpostos contra atos e decisões proferidas pelos juízes e juntas eleitorais; (iii) constituir as juntas eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição; e (iv) requisitar a força necessária ao cumprimento de suas decisões e solicitar ao Tribunal Superior a requisição de força federal.

Aos Cartórios Eleitorais compete: (i) processar e julgar originariamente o registro de candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador; (ii) processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns de sua competência; (iii) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor; (iv) organizar e promover atos para realização das eleições dentro de sua circunscrição; e (v) tomar todas as providências ao seu alcance para evitar os atos ilícitos das eleições.

1.4. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela SCON/COFIN, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde é registrada a execução dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Nesse mesmo sentido, atua a unidade de Controle Interno através de suas auditorias.

2. Resumo das políticas contábeis significativas:

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste TRE-AL, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real. Não há operações em moeda estrangeira.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Demais Créditos e valores a curto prazo

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos; (ii) estoques; (iii) depósitos efetuados; (iv) impostos a compensar e (v) créditos a receber por infrações. Os itens são mensurados e avaliados pelo critério do “valor original”, acrescidos das atualizações monetárias e juros, quando pertinente.

Estoques

São avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

VPD's Pagas Antecipadamente

Trata-se de valores pagos com antecedência, como prêmios de seguros e assinaturas ou anuidades de revistas, periódicos e similares, e que se referem a períodos subsequentes de competência, constituindo-se, assim, como direito e sendo baixado à medida que se avança no prazo da contratação.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, sendo estes os que superam o exercício subsequente. Os itens são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida), esta calculada através do método das cotas constantes.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A depreciação tem como característica fundamental a redução do valor dos bens com vida útil econômica limitada, considerando sua deterioração física, o desgaste com o uso e sua obsolescência, e se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para sua utilização e cessa quando do término da referida vida útil ou quando baixados.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os gastos diretos como os indiretos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das cotas constantes e a vida útil e o valor residual são os definidos no item 6.3 da macrofunção 020330 do Manual Siafi.

Ao final da vida útil do bem, o valor contábil do mesmo será igual ao seu valor residual ou, no caso de não existir valor residual, a zero.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUNet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- haja alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, sendo a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do valor da reavaliação e de sua nova vida útil. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Patrimonial, Orçamentário e Financeiro.

- **Resultado patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas de modo confiável, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o Tribunal, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

- **Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro às receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

- **Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra-orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Restos a Pagar

Trata-se das despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, nos termos do art. 36 da Lei nº 4.320/64, sendo não processado os que não passaram pela fase de liquidação a que se refere o art. 63 da mesma norma.

3. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP vigente para o referido exercício e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis do TRE-AL são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do Tribunal.
- Balanço Orçamentário – espelha a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista *versus* a arrecadada e a despesa autorizada *versus* a executada.
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do Tribunal no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Destacam-se as seguintes variações apresentadas entre as demonstrações contábeis do presente exercício e do anterior, **em milhares de reais**:

- **BALANÇO PATRIMONIAL**

- **ATIVO**

- o **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Constitui-se, basicamente, do limite de saque com vinculação de pagamento, disponibilidade de recursos financeiros recebidos do TSE, e a conta bancos conta movimento, esta onde estão registradas as garantias apresentadas pelas empresas contratadas pelo Órgão. Neste exercício, verificou-se que houve uma significativa diminuição do volume de recursos financeiros existentes no órgão ao final do exercício de 2021, representando cerca de 58,72% de redução em relação ao ano de 2020, ressaltando-se, entretanto, que os valores são escriturais, posto que representam, em sua maior parte, o limite de saque para cobrir as necessidades de pagamentos por contratações efetivadas pelo Órgão.

- o **Créditos a Receber de Curto Prazo**

É composto preponderantemente pelo adiantamento de férias a serem gozadas em Janeiro subsequente nos termos do artigo 16 da Resolução TRE-AL nº 15.899/2018, perfazendo aproximadamente 85,99% do total desta rubrica.

- o **Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's) Pagas Antecipadamente**

As VPD'S antecipadas são aquelas pagas ou devidas com antecedência, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro. O saldo está representado pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência. Tem havido sucessivos acréscimos nas despesas pagas antecipadamente quando comparadas com àquelas de exercícios anteriores, resultando, no ano de 2021, em mais um aumento de aproximadamente 31,51%, este resultante, principalmente, da contratação de extensão de garantia para equipamentos de informática e softwares.

- o **Imobilizado**

Há que se destacar o volume de recursos alocados no Imobilizado deste Tribunal, que representa cerca de 83,87% do Ativo do Órgão. Isso se justifica tendo em vista a estrutura de funcionamento do órgão, composto tanto pelo complexo rol de equipamentos para melhor atendimento ao seu público alvo, em especial os vinculados à Tecnologia da Informação, quanto pela sua estrutura imobiliária.

Bens Móveis

Dos valores alocados no Imobilizado, registrados como Bens Móveis, se destaca o investimento em Tecnologia da Informação, notadamente quanto àqueles feitos na aquisição de urnas eletrônicas e equipamentos de informática, que dão ao órgão celeridade no atendimento de suas demandas internas e externas, garantindo que seja atingida sua missão institucional. Destaque-se, neste ponto, que do total de Bens Móveis, aproximadamente 67,76% (R\$ 17.828,89) representam tais investimentos.

Bens Imóveis

No que se refere aos Bens Imóveis, tem-se registrado o valor bruto de R\$ 22.189,78, conforme quadro abaixo:

BENS DE USO ESPECIAL	21.247,74
• Imóveis Residenciais/Comerciais	655,02
• Edifícios	13.792,72
• Terrenos e Glebas	6.800,00
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	841,14
INSTALAÇÕES	100,90
TOTAL DE BENS IMÓVEIS	22.189,78

Os bens de uso especial são aqueles que se destinam à execução dos serviços administrativos e serviços públicos em geral, cuja composição é a demonstrada abaixo:

Espécie	Imóvel		Valor
EDIFICIOS	2829000125008	PASSO DE CAMARAGIBE	136,75
	2853000135006	RIO LARGO	518,27
	2705000415002	ARAPIRACA	1.160,00

	2723000115007	CACIMBINHAS	130,10
	2785000265009	MACEIÓ (PRAÇA SINIMBU)	5.189,52
	2785005835008	MACEIÓ (PRAÇA SINIMBU-ANEXO)	180,00
	2785003785003	FÓRUM CAPITAL	4.155,12
	2787000065006	MAJOR ISIDORO	589,51
	2793000145004	MARECHAL DEODORO	597,29
	2825000305003	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	1.237,40
	2833000475007	PENEDO	315,00
	2845000155006	PORTO CALVO	238,77
	Total		14.447,74
TERRENOS	2785004595003	MACEIÓ (NOVA SEDE)	6.800,00
	Total		6.800,00
TOTAL GERAL			21.247,74

Neste ano, houve a transferência do imóvel 2785005835008 (MACEIÓ-PRAÇA SINIMBU-ANEXO), no valor de R\$ 180,00, que estava registrado na conta Bens de Uso Especial não Registrado para a conta Bens de Uso Especial Registrados.

Depreciação Acumulada

É importante destacar que o volume de recursos do imobilizado corresponde ao valor bruto, que deve ser deduzido da depreciação acumulada correspondente, esta tratando-se de conta retificadora destes ativos, evidenciando a redução de valor em razão do desgaste pelo uso e/ou ação da natureza. Não houve alterações relevantes nessa conta, além do reconhecimento normal neste exercício.

o Intangível

Apesar da pequena relevância deste item, considerado em relação ao ativo não circulante do órgão (5,97%), convém mencionar que o mesmo é composto em sua totalidade por softwares, cujo valor monta R\$ 2.090,23, sendo sujeito à amortização, através do método das cotas constantes/linear, os que têm vida útil definida, que perfaz o total de R\$ 329,38.

➤ PASSIVO

- o **Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**

Aqui temos presente a rubrica Férias a Pagar, em que se apropria, em atenção ao princípio da competência, a parcela mensal relativa a tal obrigação, sendo importante frisar que, sob o regime estatutário dos servidores civis da União, o período aquisitivo se confunde com o concessivo após o primeiro ano de exercício no cargo.

Não obstante a irrelevante redução do valor das Férias a Pagar, comparando-se com o exercício anterior, depreende-se que o saldo existente é muito elevado (R\$ 2.790,44), configurando-se potencial valor que não condiz com a realidade do Órgão. Faz-se necessária uma análise mais apurada do saldo atualmente registrado, verificando-se a necessidade de baixa parcial desse valor no exercício corrente.

- o **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**

Verifica-se uma significativa redução do nível de endividamento decorrente de compromissos assumidos com credores nacionais, em comparação com o exercício de 2020, reduzindo o volume em, aproximadamente, 90%, pois passou em 2020 de R\$ 963,35 para R\$ 87,91 em 2021, representando um maior esforço da Administração em pagar aos fornecedores que atenderam aos requisitos para a devida quitação e evitar impactos negativos no orçamento do exercício subsequente, tendo em vista as limitações impostas pela Emenda Constitucional nº 95. Entretanto, houve um acréscimo muito elevado na inscrição de despesas em Restos a Pagar, conforme se verifica em nota específica alhures.

- o **Demais Obrigações a Curto Prazo**

Composto primordialmente por glosas cautelares impostas a fornecedores e depósitos/cauções recebidos como garantias dos contratados, estes representando 86,80% do total.

➤ **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- o **Resultado do Exercício**

O resultado apurado decorre da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA's) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD's), estas detalhadas na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, na qual é possível visualizar as modificações que provocaram uma variação da ordem de 66,82% no resultado do exercício, resultando em uma redução do déficit existente em 2020.

o **Ajuste de Exercícios Anteriores**

Trata-se, basicamente, de ajuste para a correção e padronização dos valores das urnas eletrônicas, vez que os registros contábeis foram efetivados como receita de reavaliação de bens móveis, fato contábil que na verdade se enquadra como Ajustes de Exercícios Anteriores, conforme orientação da COFIC-SOF-TSE veiculada por meio da mensagem SIAFI 2021/0714262, datado de 29/12/2021.

• **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

➤ **Receita**

Este Tribunal não evidencia as informações sobre as Receitas Orçamentárias (previsão inicial, previsão atualizada, receitas realizadas e o saldo), vez que tais dados são evidenciados no demonstrativo do Órgão consolidado desta Justiça Especializada (UG 14000).

➤ **Despesa**

As despesas orçamentárias foram registradas pelo regime de empenho, com base no Princípio da Anualidade Orçamentária. Desta forma, ao longo do exercício, foram reconhecidas e contabilizadas no momento da liquidação.

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício foram inscritas em Restos a Pagar em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei 4.320/64, que as distingue em processadas e não processadas. A inscrição em Restos a Pagar não processados foi condicionada a indicação dos empenhos pelo Ordenador de Despesa, conforme artigo 68, §1º do Decreto 93.872/86.

A Dotação Atualizada foi calculada considerando-se o valor da dotação inicial, acrescida dos créditos adicionais e deduzida dos créditos cancelados/remanejados.

- **BALANÇO FINANCEIRO**

- **INGRESSOS**

- **Transferências Financeiras Recebidas**

Tratam-se dos recursos financeiros recebidos para fazer face às obrigações assumidas, compondo quase a totalidade dos ingressos financeiros.

O Sub-repasse recebido de R\$ 121.440,51 é composto em 84,69% de recurso para pessoal e encargos sociais.

Convém destacar o elevado aumento nas Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar, que saltou para R\$ 1.577,69, não obstante este valor representar apenas 1,28% das Transferências Recebidas.

- **Recebimentos Extraorçamentários**

Percebe-se a redução, nessa rubrica, de 20,13% com relação ao exercício de 2020.

- **Inscrição dos Restos a Pagar Processados e Não Processados**

Aqui observamos redução das despesas inscritas em restos a pagar processados da ordem de 91,17%, pois reduziu de R\$ 1.072,92 para R\$ 94,72, bem como um decréscimo não tão acentuado na inscrição dos restos a pagar não processados em torno de 15,01%, reduzindo de R\$ 4.060,04 para R\$ 3.450,58.

Convém mencionar que no total da inscrição de Restos a Pagar Não Processados temos 46,98% de outras despesas correntes, 30,32% de investimentos e 22,69% de Pessoal e Encargos Sociais.

- **Oubros Recebimentos Extraorçamentários**

Nota-se, na subconta Arrecadação de Outra Unidade, um acréscimo de 35,41%, sendo a arrecadação mais expressiva a oriunda de multas do código eleitoral e leis conexas, que girou em torno de 29,88%.

- **Saldo do Exercício Anterior - Caixa e Equivalentes de Caixa**

Ver nota do Balanço Patrimonial.

➤ **DISPÊNDIOS**

- **Despesas Orçamentárias**

- **Ordinárias**

Convém salientar sua composição, sendo 84,77% para pessoal e encargos sociais, 13,29% para outras despesas correntes (sendo o maior com outros serviços de terceiros - pessoa jurídica) e 1,94% para investimentos em obras e instalações e equipamentos e material permanente.

- **Transferências Financeiras Concedidas**

- **Independentes da Execução Orçamentária**

Tem como transferência mais expressiva a decorrente de multas do código eleitoral e leis conexas, que girou em torno de 29,88%.

- **Pagamentos Extraorçamentários**

- **Pagamentos dos Restos a Pagar Processados e Não Processados**

Convém consignar que houve um aumento considerável nos pagamentos dos restos a pagar processados, sendo pago R\$ 994,28 em 2021 e R\$ 140,88 em 2020, resultando em acréscimo da ordem de 605,79%, sendo os pagamentos mais expressivos os relativos a passagens e despesas com locomoção (56,46%) e locação de mão-de-obra (37,28%).

Fato observado, também, e de uma forma bem mais predominante, nos pagamentos dos restos dos restos a pagar não processados, que teve um valor bem maior do que os processados, saindo de R\$ 369,53, em 2020, para R\$ 2.158,72, em 2021, representando um acréscimo de 484,18%, sendo os pagamentos mais expressivos os relativos a outros serviços de terceiros - pessoa jurídica (36,94%) e locação de mão-de-obra (24,12%). Tudo resultante do esforço do Órgão na execução de valores anteriormente inscritos.

- **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

- **Atividades Operacionais - Ingressos**

- **Transferências Financeiras Recebidas**

Tratam-se dos recursos financeiros recebidos para fazer face as obrigações assumidas, compondo quase que a totalidade dos ingressos financeiros das atividades operacionais, equivalendo a 98,74% deste, e sendo composto predominantemente de sub-repasse recebido (98,72%).

- **Atividades Operacionais - Desembolsos**

- **Pessoal e Demais Despesas**

Compreende quase a totalidade dos desembolsos das atividades operacionais do órgão, compondo-se basicamente de despesas com pessoal e previdência social.

- **Transferências Concedidas**

Compõe-se de transferências intragovernamentais, que tem como mais expressiva as obrigações patronais (97,14%).

- **Atividade de Investimento - Desembolsos**

- **Aquisição de Ativo Não Circulante**

No tocante a esta rubrica, convém frisar que totaliza os desembolsos para aquisição, principalmente, de equipamentos de Tecnologia de Informação e Comunicação (46,11%), tendo ocorrido uma redução em torno de 42,04% com relação ao exercício de 2020.

o **Outros Desembolsos de Investimentos**

Tem-se, nesta rubrica, uma redução de 100%, em comparação com o exercício anterior, que foi de R\$ 357,11, registrando não ter havido desembolso para este mesmo item no exercício corrente.

• **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

➤ **Variações Patrimoniais Aumentativas**

Nas variações patrimoniais aumentativas observa-se uma redução de aproximadamente 5,36%. Tal redução se deu em virtude do ano em referência não ser eleitoral, logo, não havendo a necessidade de um maior aporte de recursos para fazer frente às despesas contraídas, já que o valor mais expressivo está representado na rubrica Transferências e Delegações Recebidas/Transferências Intragovernamentais, pois representa 98,48% do total das variações patrimoniais aumentativas. Em tal transferência o sub-repasse predomina com 98,72%.

➤ **Variações Patrimoniais Diminutivas**

No tocante às variações patrimoniais diminutivas, destaca-se, com relação ao exercício anterior, uma redução nas despesas com materiais de consumo (56,85%) e contratações de serviços (15,27%), motivada, principalmente, porque o atual exercício não foi ano de realização de pleito eleitoral, quando há um aumento considerável das ações voltadas a consecução do mesmo, aumentando-se os gastos da Administração.